

SOBRE A LINGÜÍSTICA CRÍTICA*

Roger Fowler**

Resumo: Neste artigo traço uma retrospectiva da área de Linguística Crítica (LC). A LC emergiu no final dos anos 70 como uma lingüística instrumental na linha proposta por Halliday, desenvolvendo uma análise do discurso público criada para chegar à ideologia codificada implicitamente por detrás de proposições abertas, em particular no contexto das formações sociais. Os proponentes desse modelo lingüístico estão interessados em usar a análise lingüística para expor representações falsas e discriminações em diferentes tipos de discurso público: jornais, propaganda política, documentos oficiais, regulamentos, gêneros formais como a entrevista, etc. Procuo apontar, também, as dificuldades, falta de clareza, e falta de um plano de desenvolvimento da área. A lingüística crítica ainda enfrenta grandes problemas, tanto em termos de teoria quanto de método, assim como em termos de aplicação. Entretanto, meu objetivo com estes breves comentários é deixar claro que é possível desenvolver consideravelmente os aspectos básicos da lingüística crítica, através da formulação de uma concepção mais inclusiva de *ideologia-na-linguagem*, com uma metodologia analítica correspondente; e através da regularização do estudo da dimensão histórica e textual da linguagem.

Palavras-chave: lingüística crítica; teoria; metodologia; contexto; ideologia.

A 'Lingüística funcional' é 'funcional' em dois sentidos: é baseada na premissa de que a forma da linguagem responde às funções do uso da linguagem; e presume que a lingüística, tanto quanto a linguagem, tem funções diferentes e tarefas diferentes a realizar; deste modo a forma da lingüística responde às funções da lingüística. Em respostas aos pedidos de uma definição sobre linguagem, o primeiro artigo em *Explorations in the Functions of Language* (Investigações sobre as Funções da Linguagem) (HALLIDAY, 1973) argumenta o seguinte: "De certo modo a única resposta satisfatória é 'Por que você quer saber?', uma vez que, a não ser que saibamos o que está por detrás da pergunta, não podemos esperar respondê-la de uma forma que convenha a quem questiona!" (HALLIDAY, 1973, p. 9). Na entrevista com Herman Parret, Halliday admite que talvez exista uma:

Lingüística instrumental [...] o estudo da linguagem para o entendimento de algo mais' e que uma lingüística instrumental teria características

***N. das Orgs:** Esse artigo foi publicado originalmente em inglês In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (Eds.). **Texts and practices:** readings in Critical Discourse Analysis. London: Routledge, 1996. p. 3-14. [Tradução de Débora de Carvalho Figueiredo e Delcimeris Schlottfeldt de Oliveira]

** Roger Fowler faleceu em 1996. Era doutor em Lingüística e professor da University of East Anglia.

relevantes ao propósito para o qual seria usada. Contudo, praticar a lingüística instrumental é também aprender sobre a natureza da linguagem como um fenômeno completo, assim não existe conflito ou contradições com a lingüística autônoma. (HALLIDAY, 1978, p. 36)

A 'lingüística crítica' emergiu da nossa produção de *Language and Control*, (Linguagem e Controle) (FOWLER et al., 1979) como uma lingüística instrumental na linha proposta por Halliday. Formulamos uma análise do discurso público, uma análise criada para chegar à ideologia codificada implicitamente por detrás das proposições abertas, para examiná-la em particular no contexto das formações sociais. As ferramentas para essa análise foram uma seleção eclética de categorias descritivas apropriadas ao propósito: especialmente aquelas estruturas identificadas por Halliday como ideacionais e interpessoais, é claro, mas nós também usamos outras tradições lingüísticas, como, por exemplo, quando precisamos falar sobre atos da fala ou transformações. Nossa concepção de instrumentalidade ou propósito era complicada e talvez não tenha sido discutida em sua totalidade no livro. Estávamos concentrados em teorizar a linguagem como prática social, 'prática' no sentido que a palavra tem adquirido em adaptações para o inglês do conceito de Althusser: uma intervenção na ordem social e econômica, e que nesse caso funciona pela reprodução da ideologia (socialmente situada) (KRESS e HODGE, 1979). Dessa forma o livro foi planejado como uma contribuição para o entendimento geral da linguagem. Mas por que 'crítica'? Aqui dois modelos foram relevantes. Devo admitir (e espero que isso não seja considerado uma admissão prejudicial) que nossa educação e contextos de trabalho nos familiarizaram com o lado hermenêutico da crítica literária, e que, como críticos literários, estávamos trabalhando na interpretação do discurso – todavia equipados com um kit de ferramentas melhor! A crítica marxista contemporânea, o pós-estruturalismo e o desconstrucionismo são, na verdade, mais úteis para nós (ver BELSEY, 1980; EAGLETON, 1976; HARARI, 1979; NORRIS, 1982), e estão mais alinhados com o papel central do conceito de 'crítica' estabelecido nas ciências sociais sob a influência da Escola de Frankfurt:

'Crítica' [...] denota reflexão sobre um sistema de constrangimento produzido pelo homem: pressões deformadoras às quais os indivíduos, ou grupos de indivíduos, ou a raça humana como um todo, sucumbem em seus processos de formação pessoal.

A abordagem crítica é aplicada [...] a objetos da experiência cuja 'objetividade'

é posta em questão; a crítica supõe que existe um certo grau de distorção já instalada que se apresenta como realidade. A crítica busca remover esta distorção e assim tornar possível a liberação do que foi distorcido. Por conseguinte, ela implica uma concepção de emancipação. (CONNERTON, 1976, p. 18,20)

As definições acima são formuladas de forma um tanto negativa, ou militante; retornarei à questão da negatividade na análise crítica em um momento. Se imaginarmos essas definições despidas das implicações negativas, veremos que elas combinam bem com os interesses da lingüística crítica. O primeiro parágrafo está relacionado à determinação social da ideologia, e ao papel limitador da linguagem na socialização. O segundo parágrafo está relacionado à preocupação central da lingüística crítica com a teoria e a prática de representação. A lingüística crítica insiste que todas as representações são mediadas, moldadas por sistemas de valores que estão impregnados no meio (neste caso, a linguagem) usado para a representação; a lingüística crítica desafia o senso comum mostrando que algo poderia ter sido representado de outra forma, com um significado muito diferente. Não se trata, na verdade, de uma simples questão de ‘distorção’ ou ‘tendência’: não existe necessariamente nenhuma realidade verdadeira que pode ser revelada pela prática crítica, existem apenas representações relativamente variadas.

Embora a teoria da lingüística crítica seja uma teoria de representação sem juízos de valor, de ‘linguagem como semiótica social’, na prática a instrumentalidade do modelo é transformadora. Os objetivos são paralelos àqueles da ‘sociologia crítica’, mais uma vez admiravelmente resumidos por Connerton:

A crítica [...] objetiva a mudança ou até a remoção do que é considerado como consciência falsa ou distorcida [...] A crítica [...] torna transparente o que previamente estava oculto, e, ao fazer isso, inicia um processo de reflexão própria, nos indivíduos ou em grupos, destinado a romper com a dominação de limitações passadas. Aqui uma mudança na prática é, portanto, um elemento constitutivo de uma mudança na teoria. (CONNERTON, 1976, p. 20)

Os proponentes desse modelo lingüístico ocupam uma variedade de posições socialistas e estão interessados em usar a análise lingüística para expor representações falsas e discriminações em diferentes tipos de discurso público: os lingüistas críticos fazem leituras críticas de jornais, propaganda política, documentos oficiais, regulamentos, gêneros formais como a entrevista, e assim por diante. Os tópicos

examinados incluem o sexismo; o racismo; as desigualdades na educação, no trabalho, nos tribunais, etc; guerra, armas e poder nuclear; estratégias políticas; e práticas comerciais. Em relação ao discurso público sobre essas questões, os objetivos dos lingüistas críticos são, em termos gerais, a desfamiliarização ou a conscientização.

Do ponto de vista da ‘lingüística autônoma’ (i.e. gramática gerativa transformacional), a lingüística crítica não é sequer lingüística, e isso certamente não é justo. No mundo mais liberal da lingüística funcional, entretanto, que permite tanto aplicar a teoria quanto adaptá-la às necessidades das aplicações, a lingüística crítica é uma prática legítima que não precisa de nenhuma defesa especial. Assim, a lingüística funcional não só fornece a sustentação teórica para a lingüística crítica como também oferece um clima de suporte intelectual e político para este trabalho. Essa é uma tolerância pela qual eu sou extremamente agradecido; podemos imaginar a dificuldade de se tentar construir uma carreira, publicar, em circunstâncias que fossem menos tolerantes ao pluralismo e à crítica. Não é que a lingüística crítica seja marginalizada ou combatida. O modelo tem atraído considerável interesse e reconhecimento, pelo menos na Grã-Bretanha e em outros círculos acadêmicos europeus (notavelmente nos Países Baixos, antiga Alemanha Ocidental e Espanha) e, é claro, na Austrália. Na Europa, centros especiais de interesse incluem as universidades de East Anglia, Lancaster, Warwick, Murdoch, Amsterdam e Utrecht. Trabalhos inspirados ou provocados por esse modelo foram apresentados em diversas conferências, tais como a *Utrecht Summer School of Critical Theory* em 1984 e a *Lancaster Conference on Linguistics and Politics* em 1986. O rótulo ‘lingüística crítica’ e o livro *Linguagem e Controle* foram usados como pontos de referência (ver e.g. CHILTON, 1985: *passim* e especialmente, p. 215; FAIRCLOUGH, 1985, especialmente p.747). Por outro lado, certos aspectos da lingüística crítica foram submetidos a críticas interessantes (e.g. CHILTON 1984; PATEMAN, 1981). Um tipo de reconhecimento institucional está implícito no convite feito a mim para contribuir com uma longa nota sobre ‘lingüística crítica’ para *The Linguistics Encyclopaedia* (Enciclopédia Lingüística) (MALMKJAER, 1992).

Se a crítica lingüística agora desfruta de uma certa posição acadêmica, isso não quer dizer que ela esteja completa como teoria de linguagem ou instrumentalização da lingüística – e nem que seja totalmente satisfatória. Antes de 1979 os co-autores de *Linguagem e Controle* dispersaram-se para outros continentes, cidades e empregos, o que tornou a edição final do livro muito difícil e, é claro, impediu um trabalho de equipe mais extenso no desenvolvimento do modelo.

Meu próprio trabalho tem me impedido de concentrar-me sistematicamente na teoria e prática da lingüística crítica. Retornando ao tópico em 1986, fiquei incomodado ao me dar conta das dificuldades, falta de clareza, e falta de um plano de desenvolvimento. O modelo lingüístico original, com todas suas limitações, pelo menos possuía uma compactação teórica e metodológica, e eu penso que é importante agora consolidar e desenvolver este modelo (essencialmente Hallidayano). Se isto não for feito, o perigo é que 'lingüística crítica', nas mãos de praticantes de diversas linhas intelectuais, acabe significando, de uma forma frouxa, qualquer trabalho analítico politicamente bem intencionado sobre linguagem e ideologia, independente de método, domínio técnico das teorias lingüísticas, ou validade histórica das interpretações.

Somos gratos, portanto, a Gunther Kress por, em duas excelentes publicações (1985a; 1985b) ter levantado algumas questões radicais sobre o estado da arte e, com muita eficácia, esclarecido alguns aspectos centrais da teoria que não estavam bem elaborados em *Linguagem e Controle*. Esses artigos levam o modelo muitos estágios além, sem distorcer a base intelectual original; mas eles não levantam todos os problemas que, em minha opinião, deveriam ser considerados.

Kress inicia sua contribuição ao volume de Chilton sobre o discurso nuclear com uma questão desafiadora:

Existe agora um conjunto de trabalhos significantes e extensos que nos capacita a ver a operação da ideologia na linguagem, e que fornece pelo menos um entendimento parcial dessa operação. Alguns problemas, talvez os principais, permanecem. Penso que estes giram em torno da questão 'O que faremos agora?'. Tendo estabelecido que os textos estão em todos os lugares e que são inevitavelmente estruturados pela ideologia, e que a estruturação ideológica tanto da linguagem quanto dos textos pode ser relacionada rápida e claramente às estruturas e processos sociais que deram origem a esses textos, qual é o próximo passo? (KRESS, 1985a, p. 65)

O contexto deixa claro que os motivos para levantar essa pergunta são essencialmente estratégicos: como vamos seguir em frente e usar este modelo como um instrumento de mudança social? Mas limpar o caminho requer o aprimoramento da teoria. A eficácia da lingüística crítica, se pudesse ser medida, seria vista primordialmente em sua capacidade de equipar leitores para fazer leituras desmistificadoras de textos ideologicamente marcados (assim, a atividade principal

da lingüística crítica está inevitavelmente localizada dentro do sistema educacional). Mas, como aponta Kress, a teoria original – como, aliás, todas as teorias lingüísticas tradicionais – privilegiam a fonte dos textos, atribuindo pouco poder aos leitores porque o leitor simplesmente não é teorizado. Em resposta a este problema, Kress delinea o que poderia ser chamada de uma posição ‘pós-estruturalista’, mais especificadamente ‘Foucaultiana’, sobre o conjunto inter-relacionado formado pelas concepções de discurso, escritor (autor), e leitor.

Discursos são conjuntos de afirmações sistematicamente organizadas que dão expressão aos significados e aos valores de uma instituição [...] Um discurso fornece uma série de asserções possíveis sobre uma certa área, e organiza e estrutura a forma pela qual um tópico, objeto, ou processo em particular deve ser discutido. (KRESS, 1985b, p. 6-7)

O conceito de ‘discurso’ está relacionado à formulação Hallidayana de registro como “a configuração de recursos semânticos que um membro de uma cultura tipicamente associa a um tipo de situação. São os significados potenciais que estão acessíveis em um dado contexto social” (HALLIDAY, 1978, p. 111). Mas seu status é bastante diferente. Enquanto um registro é uma variedade da linguagem, um discurso é um sistema de significados dentro de uma cultura, pré-existindo à linguagem. Novamente, fala-se de um texto como estando ‘em’ algum registro R¹, enquanto muitos discursos, D₁ a D_n, podem estar ‘em’ um texto.

Escritores e leitores são constituídos pelos discursos aos quais têm acesso. Um escritor poder produzir textos provenientes somente dos discursos disponíveis, e, assim, ser sócio-culturalmente constituído. Os autores são escritores “que possuem seus próprios textos” (KRESS, 1985b, p. 49), mas isto não faz com que eles sejam menos influenciados pelo discurso. Os textos constroem ‘posições de leitura’ para os leitores, isto é, sugerem que formações ideológicas os leitores devem trazer aos textos. Mas o leitor, nesta teoria, não é um recipiente passivo de significados fixos: o leitor, devemos lembrar, já está discursivamente equipado quando interage com o texto, e reconstrói o texto como um sistema de significados que talvez seja mais ou menos congruente com a ideologia que o subjaz. Na teoria literária moderna esta atividade discursiva do leitor é conhecida como ‘consumo produtivo’.

A intertextualidade, o diálogo e a contradição são outras partes importantes dessa visão discursiva de comunicação, mas não é necessário discutir essas concepções aqui.

Esta visão mais dinâmica e igualitária do processo de leitura é um grande avanço em relação à teoria original, centrada na fonte, e um avanço significativo para a prática educacional: dando mais poder ao leitor, é promovida a confiança necessária para a produção de leitores (e interlocutores) que não sejam somente comunicativamente competentes, mas que também estejam criticamente conscientes das formações discursivas e contradições dos textos, e capazes de dialogar com suas fontes. O diálogo pode ser interno, para um leitor; neste caso, ele ou ela irá aprender algo sobre a sociedade e seus valores ao tomar consciência de crenças e valores alternativos. Para o locutor, o diálogo pode ser real e se manifestar na interação com um outro, ou pode ser interno, como no caso de um palestrante ou escritor que toma consciência de sua relação com outros valores do público ou dos leitores (como eu fiz aqui, escrevendo *ela/ele*, reconhecendo uma problemática ideológica que não teria reconhecido há alguns anos). Em todas estas áreas de comunicação, a lingüística crítica poderia oferecer uma orientação estratégica. Sem dúvida a concepção de gênero de discurso (entrevista, sermão, etc.), que Kress também destaca, será instrutiva para estabelecer estratégias apropriadas. Estas são questões pedagógicas que eu não posso explorar aqui, mas que são importantes para a expansão da lingüística crítica, uma vez que a prática pode desenvolver a teoria: experimentos com estratégias de discurso, por exemplo, iriam certamente ajudar a aprimorar as definições atuais de gêneros discursivos, que são pouco claras.

Podemos, entretanto, nos perguntar se não estamos tentando correr antes de termos aprendido a andar. Eu concordo com Kress que a lingüística crítica ainda enfrenta grandes problemas, mas não concordo que eles estejam principalmente no nível de utilização estratégica. Penso que um trabalho mais extenso é necessário, tanto em termos de teoria quanto de método, assim como em termos de aplicação. Uma coisa é demonstrar o princípio geral de que a ideologia é onipresente em textos – concordo com Kress que esse princípio foi demonstrado. Mas fazer a análise permanece realmente difícil, e as análises que têm sido publicadas não são tão substanciais como Kress sugere. Um número pequeno de praticantes tem se dedicado a revelar a ideologia em textos, e um número menor ainda (principalmente os autores de *Linguagem e Controle* e seus associados) empregam algo que se aproxima de um aparato consistente e padronizado. Embora as análises tenham focado uma grande variedade de tipos de textos, elas tendem a ser fragmentárias, exemplificatórias, e geralmente presumem a existência de um conhecimento compartilhado em termos de método e de contexto. Sobre o método, é importante apontar que a lingüística funcional

é um tópico complicado, e que existem poucos livros-texto curtos e fáceis de compreender. Para os propósitos da lingüística crítica, *Uma Introdução a Gramática Funcional* (1985/1994/2004) de Halliday contém tanto mais quanto menos do que é necessário. Mais, porque os lingüistas críticos não precisam de todos os detalhes; na prática, os lingüistas críticos podem fazer muito a partir de uma pequena seleção de concepções lingüísticas, tais como a transitividade e a nominalização. Estas concepções fundamentais ainda são abstratas e difíceis, e precisam ser explicadas com mais clareza do que são na própria produção de Halliday. Menos, porque certas áreas metodológicas que interessam aos lingüistas críticos são melhor trabalhadas em outros modelos: por exemplo, a teoria dos Atos da Fala e a análise conversacional Griceana são importantes subsídios para o entendimento de certos aspectos das transações performativas e pragmáticas. Precisamos de um guia metodológico abrangente, confeccionado para as necessidades da disciplina, nas linhas do último capítulo de *Linguagem e Controle*, porém mais formal e mais extenso do que aquela listagem: um livro texto especificadamente criado para o ensino da lingüística crítica. Enquanto isto, é necessário que as análises publicadas sejam mais explícitas, menos alusivas, sobre as ferramentas que empregam. O que estou dizendo é que precisamos ser mais formais sobre o método, tanto para melhorar a técnica analítica quanto para aumentar a população de praticantes competentes. No presente momento, os alunos não acham a prática fácil.

Existe outra omissão substancial na literatura publicada que quero conectar com a questão da história e do contexto. Com exceção do volume sobre discurso nuclear (CHILTON, 1985) – que é metodologicamente diverso – não existe ainda um livro de estudos sobre um tópico, um tipo de discurso, um gênero, ou um corpus extenso. Um estudo mais amplo permitiria que o lingüista crítico especificasse o contexto histórico em detalhes. As análises fragmentárias publicadas até agora tendem apenas a esboçar o pano de fundo do texto, ou partir do princípio de que o leitor dispõe de conhecimentos sobre contextos e gêneros. No meu ponto de vista, essa é uma economia perigosa devido à transitoriedade inevitável dos materiais tratados: quem, no início do século XXI, irá lembrar dos ministros britânicos demitidos nos anos 1980, ou dos líderes da Campanha de Desarmamento Nuclear, ou dos principais protagonistas da ‘Greve dos Mineiros’ ingleses (Que greve dos mineiros?)? Creio existir um grande perigo de que os textos sobre lingüística crítica se tornem rapidamente opacos como resultado da suplantação histórica.

O problema é mais fundamental que a inconveniência causada pela transitoriedade, e sua conseqüente opacidade. A teoria da lingüística crítica reconhece

que existe uma falta de constância entre as estruturas lingüísticas e seus significados. Esta premissa deveria ser fixada com mais clareza e com mais insistência do que tem sido até agora. O significado (ideologia) não pode ser simplesmente lido nas formas lingüísticas que a etapa de descrição identificou no texto, porque a mesma forma (por exemplo: a nominalização) tem significados diferentes em contextos diferentes (por exemplo, escrita científica versus regulamentos). É exatamente por isso que insistimos na inseparabilidade dialética das concepções de 'linguagem' e 'sociedade', que são lexicalmente separadas em inglês (Kress, 1985b, p. 1), o que levou Halliday a usar expressões guarda-chuva como 'sócio-semântica'. Uma implicação desta interdependência entre linguagem e contexto é a criação de uma considerável dificuldade processual para os alunos: é provável que eles acreditem que as ferramentas descritivas da lingüística possam fornecer acesso privilegiado à interpretação do texto, o que não é verdadeiro. Isso faz com que os alunos acabem não sabendo por onde começar. Segundo a teoria de consumo produtivo, você só consegue entender o texto fazendo uso de experiências relevantes do discurso e do contexto. A descrição lingüística vem em um estágio posterior, como um meio de extrair algo dos significados que o leitor/analista atribuiu heurísticamente ao texto. Os professores muitas vezes cometem o erro de superestimar a experiência discursiva dos alunos jovens, que acabam demonstrando não ter intuições sobre um dado texto, não conseguindo, portanto, iniciar uma análise. Ao ensinar esse modelo, é necessário deixar claro que a lingüística não é um procedimento de descoberta, e também especificar o contexto com mais detalhes, apontando circunstâncias históricas, econômicas e institucionais relevantes.

Uma forma provocativa e saudável de generalizar sobre estes problemas seria afirmar que a lingüística crítica é uma forma de escrita histórica, ou de historiografia. Essa caracterização refletiria adequadamente o interesse central da disciplina, que não é a Linguagem na forma como ela é tradicionalmente entendida pelos lingüistas. Como vimos, a lingüística crítica é uma lingüística 'instrumental' cujo escopo vai além da estrutura formal da Linguagem como um sistema abstrato, voltando-se para a interação prática da linguagem com o contexto. Eu vinculo a lingüística crítica à história em vez de à sociologia (como disciplinas voltadas para o que, do ponto de vista da lingüística tradicional, constitui o 'contexto') porque precisamos de um quadro de referência o mais amplo possível: é impossível prever no que os lingüistas críticos estarão interessados a seguir. Além disso, há conexões mais específicas, em termos de objetivos e métodos, com a história. Como um historiador, o lingüista crítico tem como objetivo entender os valores que subjazem as formações sociais,

econômicas e políticas e, de forma diacrônica, as mudanças que ocorrem nesses valores e nessas formações. Em relação ao método, o lingüista crítico, como o historiador, trata os textos tanto como tipos de prática discursiva (decretos, cartas, proclamações, Atos do Parlamento) quanto como documentos (por exemplo, fontes das crenças institucionais). Como o historiógrafo, o lingüista crítico está interessado, de forma central, na relatividade ideológica da representação.

Podemos dizer que a lingüística crítica é uma ferramenta útil para o historiador (muitos estudantes da University of East Anglia têm combinado essas disciplinas de forma criativa), mas esse não é o ponto principal. A consideração mais importante é que o lingüista crítico deve adotar uma atitude responsável e profissional em relação à análise do contexto. Até agora, supõe-se que a maioria dos textos analisados está relacionada a um contexto social conhecido pelo analista e por seus leitores: jornais populares atuais, propagandas, discursos políticos do cenário atual, o discurso da sala de aula, e assim por diante. A plausibilidade das atribuições ideológicas teve que se apoiar em intuições intersubjetivas, supostamente compartilhadas por escritor e leitor com uma competência discursiva comum, amparada por descrições informais de contextos e instituições relevantes. Como pôde ser notado em meus comentários sobre as dificuldades dos alunos jovens, para construirmos nossa interpretação não podemos depender somente dessa apresentação informal. Creio que já é a hora de pararmos de dizer que a 'falta de espaço impede uma descrição completa [...]'. Precisamos exatamente de descrições completas do contexto e de suas implicações em termos de crenças e relacionamentos.

Minha pergunta geral e final relaciona-se ao status da ideologia como uma concepção teórica na lingüística crítica. De um certo modo não é a definição do termo que é imperfeita ou inadequada. Os lingüistas críticos têm sido muito cuidadosos em evitar definir ideologia com 'falsa consciência' (é uma pena que as excelentes definições de 'crítica' elaboradas por Connerton contenham palavras pejorativas como 'distorção' e 'deformidade'), deixando claro que estão se referindo a algo mais neutro: uma teoria implícita produzida por uma sociedade sobre os tipos de objetos que existem em seu mundo (categorização); sobre o modo como esse mundo funciona (causalidade); e sobre os valores a serem atribuídos aos objetos e processos (proposições gerais ou paradigmas). Estas crenças implícitas constituem o 'senso comum', que fornece uma base normativa para o discurso. Assim como não é a definição básica que está imperfeita, as análises ideológicas existentes são bastante inspiradoras, até onde vão. Temos algumas demonstrações excelentes do

poder estruturador da ideologia nas áreas de categorização e causalidade (ver e.g. KRESS, 1985b, cap. 4, e vários de seus escritos anteriores; TREW, 1979). Em minha opinião o progresso na análise lingüística da ideologia tem sido maior naquelas duas áreas onde a função ideacional de Halliday tem fornecido inspiração metodológica mais clara, ou seja, a classificação lexical e a transitividade. A questão que precisa ser discutida com urgência é se a estrutura característica do modelo da gramática sistêmica funcional não limitou o âmbito das declarações sobre ideologia feitas até o momento na lingüística crítica. A função determina a forma, diz a premissa geral, e eu sinto que o interesse crítico tem se centrado, até agora, naquelas funções ideológicas que são mais claramente mapeadas por formas lingüísticas observáveis e bem descritas, ou seja, estruturas de vocabulário e estruturas da oração. Precisamos ter uma visão mais inclusiva do que constitui ideologia em linguagem e, em particular, levar em consideração àqueles significados implícitos que não têm representação direta na estrutura de superfície.

Existem numerosas propostas metodológicas e teóricas; tudo que temos a fazer é trazê-las para o modelo da lingüística crítica e submetê-las a um desenvolvimento metodológico a serviço desse modelo. Estou pensando na noção de que a interpretação do discurso depende de ‘conhecimento compartilhado’ ou ‘crenças compartilhadas’. Na análise do discurso, existem as ‘proposições gerais’ de Labov e Fanshel (1977), que são crenças relevantes, de alto nível de generalidade, que os participantes trazem para a atividade de conversação; elas talvez sejam equivalentes às ‘implicaturas convencionais’ de Grice (1975), cujas ‘implicaturas conversacionais’ também são relevantes. (Neste contexto, devemos notar que a teoria da relevância de Sperber e Wilson (1986), de aplicabilidade inquestionável, necessita de uma avaliação detalhada.) Se, seguindo a proposta de Kress, nós alocarmos ao leitor um papel mais proeminente em nosso modelo, talvez seja interessante considerar os vários tipos de esquemas (ver RUMELHART, 1980) que têm sido desenvolvidos na psicologia cognitiva e na Inteligência Artificial: ‘quadros’, ‘roteiros’, e ‘planos’ (MINSKI, 1975; SCHANK e ABELSON, 1977); da semântica cognitiva poderíamos adotar a noção de ‘protótipo’ (Rosch, 1975); da crítica literária a concepção de ‘metáfora’ (cf. KRESS, 1985b, p. 70).

Trabalhos preliminares de dimensões mais abstratas sobre a análise da ideologia já existem, inclusive o de Kress (1985b) sobre metáfora. Fowler e Marshall (1985) concentraram-se nos ‘paradigmas’ subjacentes, crenças muito abstratas e

implícitas que sustentavam (neste caso) o discurso pró-nuclear. Nos materiais que estudamos, por exemplo, havia sinais persistentes, presentes em metáforas, oposições sintáticas, e contradições semânticas, de paradigmas gerais e normativos usados como base referencial: uma dissociação dicotômica entre política e moralidade e, de forma similar, entre política e assuntos domésticos; uma associação entre poder, guerra, habilidade técnica, e dinheiro. Argumentamos que o discurso nuclear tratava tanto destas questões quanto dos armamentos nucleares em si, e prevemos que esses paradigmas iriam aparecer, de forma recorrente, em outras seções dos materiais que estávamos analisando naquela ocasião – por exemplo, nas seções dos jornais sobre economia, notícias domésticas e esportes. Em um artigo pioneiro, Downes (1978) usou o aparato dos ‘quadros’ e dos ‘protótipos’ para analisar e apresentar os sistemas de crenças subjacentes na prática do McCarthyismo. Esse artigo contém uma excelente discussão teórica dos tipos de modelos semânticos ou pragmáticos que talvez sejam relevantes para a análise de crenças no discurso, e é um bom ponto de partida para o desenvolvimento metodológico. Como Fowler e Marshal (1985), Downes insiste que estamos falando sobre processos historicamente situados. Fowler e Marshal trataram de um período histórico específico (abril de 1983), sobre o qual forneceram um calendário e notas contextuais; documentação adicional pode ser obtida em bibliotecas. Downes indicou concisamente o contexto do McCarthyismo, e sugeriu leituras adicionais. Está claro que a ideologia é tanto um meio quanto um instrumento de processos históricos.

Espero que estes breves comentários sejam suficientes para deixar claro que é possível desenvolver consideravelmente os aspectos básicos da lingüística crítica: a formulação de uma concepção mais inclusiva de *ideologia-na-linguagem*, com uma metodologia analítica correspondente; e a regularização do estudo da dimensão histórica e textual. Problemas teóricos fundamentais estão em questão aqui. Outros avanços numa linha mais pedagógica e metodológica são indicados, e estão sendo explorados no trabalho de Kress. Destaco aqui não somente os objetivos e técnicas da prática de sala de aula, mas também o acesso básico de alunos inexperientes ao método (particularmente tendo em vista as limitações em termos de competência discursiva). Particularmente, me preocupam a padronização do método e sua metalinguagem: hoje em dia parece que qualquer coisa pode ser considerada ‘análise de discurso’, e se, como está acontecendo, a lingüística crítica for classificada sob esse título, correremos o risco de que a metodologia analítica original se dissipe na presença de metodologias alternativas sem controle, provenientes de diferentes

modelos das ciências sociais. O modelo original tem a vantagem de basear-se na poderosa e muito discutida teoria lingüística de Halliday. Creio que parte da lingüística crítica necessita desenvolver-se em seus próprios termos, e suplementar-se com insights de outros modelos. Existem oportunidades consideráveis de progresso dentro de um modelo mais elaborado. Um dos motivos para nos assegurarmos de que este desenvolvimento ocorra é a certeza, minha e de meus colegas, de que, no presente clima político e social, as oportunidades para realizarmos críticas ideológicas são constantes em nosso dia-a-dia.

REFERÊNCIAS

- BELSEY, C. **Critical practice**. London: Methuen, 1980.
- CHILTON, P. ORWELL. Language and linguistics. **Language and communication**, v. 4, n. 2, p. 129-46, 1984.
- _____. (Ed.). **Language and the nuclear arms debate: nukespeak today**. London: Frances Pinter, 1985.
- CONNERTON, P. (Ed.). **Critical sociology**. Harmondsworth: Penguin, 1976.
- DOWNES, W. Language, belief and verbal action in a historical process. **University of East Anglia Papers in Linguistics**, n. 8, p. 1-43, 1978.
- EAGLETON, T. **Criticism and ideology**. London: New Left Books, 1976.
- FAIRCLOUGH, N. Critical and descriptive goals in discourse analysis. **Journal of Pragmatics**, n. 9, p. 739-763, 1985.
- FOWLER, R.; HODGE, R.; KRESS, G.; TREW, T. **Language and control**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979.
- _____; MARSHAL, T. The war against peacemongering: language and ideology. In: CHILTON, P. (Ed.). **Language and nuclear arms debate: nukespeak today**. London: Frances Pinter, 1985. p. 3-22.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Eds.). **Syntax and semantics III: speech acts**. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.
- HALLIDAY, M. A. K. **Explorations in the functions of language**. London: Edward Arnold, 1973.
- _____. **Language as social semiotic**. London: Edward Arnold, 1978.

- _____. **An introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.
- HARARI, J. V. (Ed.). **Textual strategies**: perspectives in post-structuralist criticism. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1979.
- KRESS, G. Discourses, texts, readers and the pro-nuclear arguments. In: CHILTON, P. (Ed.). **Language and the nuclear arms debate**: nukespeak today. London: Frances Pinter, 1985a. P. 65-87.
- _____. **Linguistic processes in sociocultural practice**. Victoria: Deakin University Press, 1985b.
- _____; HODGE, R. **Language as ideology**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979.
- LABOV, W.; FANSHEL, D. **Therapeutic discourse**: psychotherapy as conversation. New York: Academic Press, 1977.
- MALMKJAER, K. **The Linguistic Encyclopaedia**. London: Routledge, 1992.
- MINSKY, M. I. Framework for representing knowledge. In: WINSTON, P. H. (Ed.). **The psychology of computer vision**. New York: McGraw-Hill, 1975.
- NORRIS, C. **Deconstruction**: theory and practice. London: Methuen, 1982.
- PATEMAN, T. Linguistics as a branch of critical theory. **University of East Anglia Papers in linguistics**, n. 14/15, p. 1-29, 1981.
- ROSCH, E. Cognitive representations of semantic categories. **Journal of Experimental Psychology**, v. 104, n. 3, p. 192-233, 1975.
- RUMELHART, D. E. Schemata: the building blocks of cognition. In: SPIRO, R. J.; BRUCE, B. C.; BREWER, W. F. (Eds.). **Theoretical issues in reading comprehension**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1980.
- SCHANK, R.; ABELSON, R. **Scripts, plans, goals and understanding**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1977.
- SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance**: communication and cognition. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- TREW, T. Theory and ideology at work. In: FOWLER, R.; HODGE, R.; KRESS, G.; TREW, T. **Language and control**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979. p. 94-116.

(Texto republicado – sem data de tramitação)

Title: On Critical Linguistics

Author: Roger Fowler

Abstract: This article presents an overview of critical linguistics (CL). CL emerged at the end of the 1970s as an instrumental linguistics in the line proposed by Halliday, formulating an analysis of public discourse designed to get at the ideology coded implicitly behind overt propositions, particularly in the context of social formations. The proponents of this linguistic model are concerned to use linguistic analysis to expose misrepresentation and discrimination in a variety of modes of public discourse: newspapers, political propaganda, official documents, regulations, formal genres such as interviews, etc. I also point out here the difficulties, unclarities, and the lack of a plan for further development of the area. Major problems remain with critical linguistics, on both theory and method, as well as application. However, my aim with these brief notes is to make the point that major development is possible in basic aspects of critical linguistics: in formulating a more inclusive concept of ideology-in-language, with an attendant methodology; and in regularising the study of the historical or contextual dimension.

Keywords: critical linguistics; theory; methodology; context; ideology.

Titre: Sur la Linguistique Critique

Auteur: Roger Fowler

Résumé: Dans cet article, j'esquisse une rétrospective du domaine de la Linguistique Critique (LC). La LC s'est épanouie à la fin des années 70, comme une linguistique instrumentale selon la ligne proposée par Halliday, développant une analyse du discours public créée pour atteindre une idéologie codifiée implicitement derrière des propositions ouvertes, en particulier dans le contexte des formations sociales. Les proposant de ce modèle linguistique sont intéressés par l'utilisation de l'analyse linguistique pour exposer des représentations fausses et discriminatoires parmi divers types de discours public: journaux, propagande politique, documents officiels, règlements, genres formels comme une interview, etc. Je cherche à signaler, aussi, les difficultés, le manque de clarté, et, encore, le manque d'un plan de développement du domaine. La linguistique critique affronte encore de gros problèmes, soit au niveau de la théorie, soit au niveau de la méthode, et, encore, en ce qui concerne son emploi. Toutefois, mon objectif avec ces brefs commentaires est celui d'éclaircir que c'est possible développer d'une manière remarquable les aspects fondamentaux de la linguistique critique, à travers la formulation d'une conception plus incluse de l'*idéologie-dans-le-langage*, selon une méthodologie analytique correspondante; et à travers la régularisation de l'étude de la dimension historique et textuelle du langage.

Mots-clés: linguistique critique; théorie; méthodologie; contexte; idéologie.

Título: Acerca de la Lingüística Crítica

Autor: Roger Fowler

Resumen: En este artículo trazo una retrospectiva del área de Lingüística Crítica (LC). La LC emergió al final de los años 70 como una lingüística instrumental en la línea propuesta por Halliday, desarrollando un análisis del discurso público criado para llegar a la ideología codificada implícitamente por detrás de proposiciones abiertas, en particular, en el contexto de las formaciones sociales. Los proponentes de ese modelo lingüístico están interesados en el uso del análisis lingüístico para exponer representaciones falsas y discriminaciones en diferentes tipos de discurso público:

periódicos, propaganda política, documentos oficiales, reglamentos, géneros formales como la entrevista, etc. Busco, aún, llamar la atención a las dificultades, falta de claridad, y falta de un plano de desarrollo del área. La lingüística crítica todavía enfrenta grandes problemas, tanto en lo que respecta a la teoría, como al método y, asimismo, como a los términos de aplicación. Sin embargo, mi objetivo con estos breves comentarios es dejar claro que resulta posible desarrollar considerablemente los aspectos básicos de la lingüística crítica, a través de la formulación de una concepción más inclusiva de *ideología-en el-lenguaje*, con una metodología analítica correspondiente, así como a través de la reglamentación del estudio de la dimensión histórica y textual del lenguaje.

Palabras-clave: lingüística crítica; teoría; metodología; contexto; ideología.